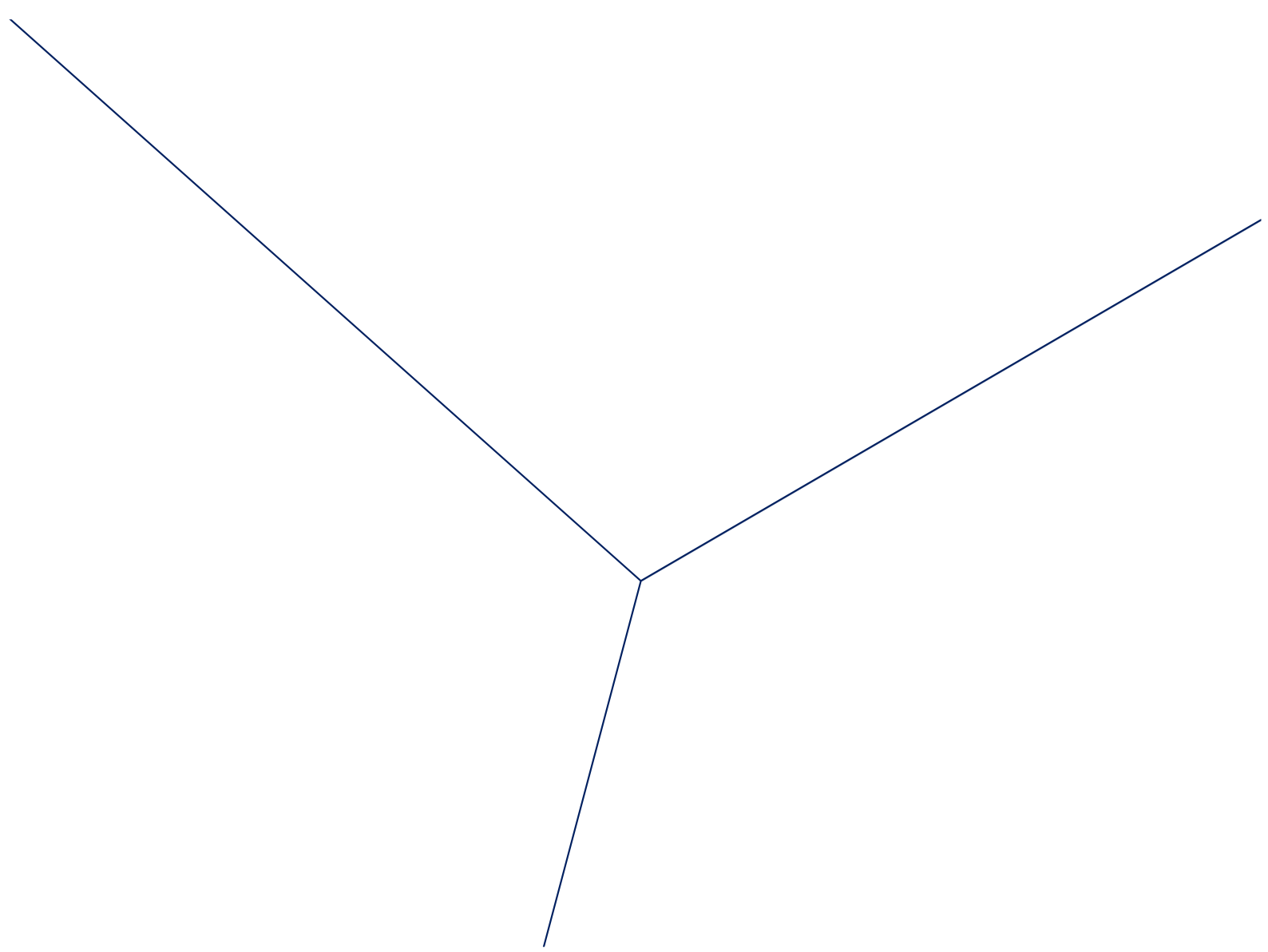


# **POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO EM ASSEMBLEIA**



## SUMÁRIO

<b>1. DADOS GERAIS .....</b>	<b>3</b>
<b>2. OBJETIVO.....</b>	<b>3</b>
<b>3. ABRANGÊNCIA.....</b>	<b>3</b>
<b>4. BASE NORMATIVA.....</b>	<b>4</b>
<b>5. PRINCÍPIOS GERAIS.....</b>	<b>4</b>
<b>6. POTENCIAIS SITUAÇÕES DE CONFLITO DE INTERESSES .....</b>	<b>5</b>
<b>7. APLICABILIDADE.....</b>	<b>6</b>
<b>8. PROCESSO DECISÓRIO .....</b>	<b>6</b>
<b>9. MATÉRIAS.....</b>	<b>7</b>
<b>10. COMUNICAÇÃO DE VOTO AOS COTISTAS.....</b>	<b>10</b>
<b>11. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>11</b>
<b>12. HISTÓRICO DE ALTERAÇÕES .....</b>	<b>11</b>

## 1. DADOS GERAIS

NÍVEL DE CONFIDENCIALIDADE: PÚBLICO	ÁREA: COMPLIANCE
CÓDIGO: N/A	VERSÃO: 1.4
DATA DA ATUALIZAÇÃO: MAI/24	PREVISÃO DE NOVA ATUALIZAÇÃO: ABR/26
AUTOR: COMPLIANCE	APROVADOR: COMITÊ DE COMPLIANCE

## 2. OBJETIVO

Esta Política estabelece as diretrizes e procedimentos para o exercício do direito de voto nas assembleias dos ativos investidos pelas classes dos Fundos de Investimento geridos pela TG Core Asset LTDA. ("TG Core" ou "Gestora"), conforme estabelecido pelo Código ANBIMA de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros ("Código ANBIMA ART") e pelas Resoluções CVM vigentes.

Este documento abrange todas as classes de Fundos de Investimento geridos pela TG Core e as classes de investimento em cotas de fundos por ela administrados, desde que autorizados em seus respectivos regulamentos para alocação em ativos financeiros que contemplem o direito de voto em assembleias de ativos investidos.

O Exercício de Voto não se aplica:

- I. Às classes exclusivas que possuam cláusulas específicas em seus regulamentos, destacando a não adoção do exercício de direito de voto nos ativos financeiros que integrem a carteira;
- II. Aos certificados de depósito de valores mobiliários (Brazilian Depositary Receipt – BDR).

## 3. ABRANGÊNCIA

A presente Política se aplica a todos os colaboradores da Gestora.

A área de Compliance poderá solicitar informações as áreas envolvidas no processo a qualquer tempo, com o objetivo de verificar o cumprimento desta política e qualquer irregularidade observada por qualquer colaborador deverá ser prontamente comunicada a equipe de Compliance e ao supervisor direto.

## 4. BASE NORMATIVA

- Resolução CVM 21
- Código de Administração de Recursos de Terceiros – ANBIMA
- Regras e procedimentos do Código de Administração de Recursos de Terceiros – ANBIMA (“RP do Código de ART”)
- Instrução CVM 555
- Resolução CVM 175

## 5. PRINCÍPIOS GERAIS

A TG Core poderá exercer o direito de voto em assembleias gerais, na qualidade de representante dos fundos de investimento sob sua gestão, prezando sempre por defender os interesses e pela análise de impacto para os investidores. Nesse sentido, ao votar em assembleias representando os fundos sob sua gestão, a Gestora buscará votar favoravelmente às deliberações que, a seu ver, propiciem o melhor custo/benefício para a carteira do fundo.

Os princípios que norteiam a TG Core no exercício do direito de voto em assembleias, de modo a assegurar a defesa dos interesses dos cotistas dos fundos de investimentos, promovendo um tratamento justo e equitativo, são:

- Princípio da Boa-Fé – As decisões da TG Core deverão sempre observar os mais altos padrões éticos, de confiança e lealdade no exercício de suas atividades;
- Princípio da Diligência – A gestora deverá empregar, no exercício do direito de voto, todo cuidado e diligência que lhe compete enquanto gestora de recursos de terceiros, garantindo não menos do que o cuidado e diligência que seria exigido de um homem probo na administração de seus próprios negócios;
- Princípio da Eficácia – A TG Core deverá exercer o direito de voto sempre buscando apoiar decisões que representem o justo equilíbrio entre custo/benefício para os fundos representados;

- Princípio da Equidade – A TG Core assegurará um tratamento justo e equitativo entre os Fundos de Investimento e entre os cotistas;
- Dever Fiduciário– A TG Core, ao exercer o direito de voto como gestora, deve defender os interesses dos cotistas, mantendo a confiança depositada na empresa e visando alcançar os resultados esperados conforme a política de investimento de cada fundo. No cumprimento da Política de Voto, a Gestora está sujeita a deveres fiduciários perante os cotistas dos Fundos, os quais norteiam todas as suas decisões.;
- Princípio da Legalidade – A TG Core atuará sempre em conformidade e dentro dos limites estabelecidos pelas leis e regulamentação vigentes;
- Princípio da Segregação de Atividades – A TG Core deverá orientar seu voto de maneira segregada e independente de quaisquer outras divisões de negócios eventualmente existentes, impedindo qualquer situação de conflito de interesses;
- Princípio da Transparência – A TG Core facilitará o acesso às informações referentes ao exercício do direito de voto por parte dos cotistas de modo a garantir a verificação da atuação da TG Core Asset na qualidade de gestora de recursos de terceiros.

## 6. POTENCIAIS SITUAÇÕES DE CONFLITO DE INTERESSES

Em situações de conflitos de interesses identificados, isto é, quando o voto da gestora possa proporcionar algum benefício a ela própria ou aos demais fundos geridos, em prejuízo de qualquer outro fundo, a TG Core, em conjunto com as equipes de Gestão, Compliance e Risco, optará por abster-se do voto.

Cabe ressaltar que as decisões sobre as matérias em votação serão sempre tomadas priorizando o melhor interesse dos fundos sob gestão.

## 7. APLICABILIDADE

Esta Política se aplica aos fundos de investimento cuja política de investimento autorize a alocação em ativos financeiros que contemplem o direito de voto em assembleias.

A Presente Política de Voto não se aplicará aos:

1. Fundos de investimento, exclusivos ou reservados, que já prevejam em seu formulário cláusula que não obriga a adoção, pelo gestor, de política de voto;
2. Fundos que possuam comitês de investimento próprio, deste modo, o voto é exercido conforme determinação do comitê instituído;
3. Ativos financeiros de emissor com sede social fora do Brasil; e
4. Certificados de depósito de valores mobiliários - BDR's.

O gestor deverá manter:

1. Resumo do teor dos votos proferidos mensalmente; e
2. Justificativa sumária do voto proferido ou as razões sumárias para eventual abstenção ou não exercício do direito de voto.

## 8. PROCESSO DECISÓRIO

A TG Core Asset no exercício do direito de voto em nome dos fundos sob sua gestão, deverá cumprir o seu Dever Fiduciário impedindo que qualquer interesse oriundo de outras divisões de negócios possa influenciar o processo decisório.

Para exercer o direito de voto, a TG Core deverá ser informada sobre assembleias relacionadas aos fundos sob sua gestão, seguindo este procedimento:

- Ao ser notificada sobre uma Assembleia Geral, a TG Core solicitará ao prestador de serviço envolvido as informações necessárias para orientar seu voto;
- Avaliando a relevância da matéria a ser deliberada, os custos envolvidos e os possíveis conflitos de interesses, a TG Core determinará sua participação na assembleia;
- A TG Core poderá votar sem consulta prévia aos cotistas ou orientação de voto específica, exceto se previsto de outra forma nos regulamentos dos Fundos;

- As decisões de voto serão baseadas no acompanhamento e monitoramento, alinhadas com a política de investimento e objetivos dos Fundos, sempre em defesa dos interesses dos cotistas;

## 9. MATÉRIAS

### 9.1. Matérias cujo exercício do voto é obrigatório

Para os fins desta Política, considera-se como matéria relevante e obrigatória ao exercício do direito de voto, em nome dos fundos de investimento sob gestão:

#### 9.1.1. Para ações, seus direitos e desdobramentos

- a) Eleição de representantes de sócios no Conselho de Administração, quando aplicável;
- b) Aprovação de planos de opções para remuneração de administradores da companhia, se incluir opção de compra "dentro do preço" (ou seja, se o preço de exercício da opção for inferior ao da ação subjacente, considerando a data de convocação da assembleia);
- c) Aquisição, fusão, incorporação, cisão, alterações de controle, reorganizações societárias, alteração ou conversões de ações e demais mudanças de estatuto social que possam, no entendimento do gestor, gerar impacto relevante no valor do ativo detido pelo fundo de investimento;
- d) Outras matérias que, de acordo com o critério do gestor, impliquem tratamento diferenciado ou desigual entre os acionistas.

#### 9.1.2. Para ativos financeiros de renda fixa ou mista

- a) Alterações de prazo ou condições de prazo de pagamento, garantias, vencimento antecipado, resgate antecipado, recompra e/ou remuneração originalmente acordadas para a operação.

#### 9.1.3. Para cotas de Fundos (exceto Fundos de Investimento Imobiliário -FII, para os quais se aplica o item 9.1.4)

- a) Alterações na política de investimento;
- b) Mudança de administrador ou gestor, que não entre integrantes do seu conglomerado ou grupo financeiro;

- c) Aumento de taxa de administração ou criação de taxas de entrada e/ou saída;
- d) Alterações nas condições de resgate;
- e) Fusão, incorporação ou cisão, que propicie alteração das condições elencadas nas alíneas anteriores;
- f) Liquidação do Fundo;
- g) Aprovação de Demonstrativos Financeiros; e,
- h) Assembleia de cotistas em consonância com a Resolução CVM referente ao tipo de fundo que estivermos tratando, com exceção dos FII, que serão descritos no item 9.1.4.

#### **9.1.4. Para Fundos de Investimento Imobiliário**

- a) Alterações na política de investimento e/ou o objeto descrito no regulamento;
- b) Mudança dos prestadores de serviços essenciais do ou consultor especializado contratado em relação aos ativos imobiliários, desde que não seja integrante do mesmo grupo econômico dos prestadores de serviços essenciais;
- c) Aumento de taxa de administração, criação de taxas de entrada ou criação ou aumento de taxa destinada à remuneração dos serviços prestados pelo consultor especializado indicado na alínea anterior;
- d) Apreciação do laudo de avaliação de bens e direitos utilizados na integralização de cotas do FII;
- e) Eleição de representantes dos cotistas.
- f) Fusão, incorporação ou cisão, que propiciem alteração das condições elencadas nas alíneas anteriores; e
- g) Liquidação do Fundo.

##### **9.1.4.1. No caso de imóveis integrantes da carteira do Fundo de Investimento Imobiliário**

- a) Aprovação de despesas extraordinárias;
- b) Aprovação de orçamento;
- c) Eleição de síndico e/ou conselheiros; e,
- d) Alteração na convenção de condomínio que possa causar impacto nas condições de liquidez do imóvel, a critério do gestor.



### **9.1.5. Demais ativos e valores mobiliários permitidos aos Fundo de Investimento**

- a) Alterações de prazo ou condições de prazo de pagamento, garantias, vencimento antecipado, resgate antecipado, recompra e/ou remuneração originalmente acordadas para a operação.

### **9.1.6. Para Fundos de Investimento 555:**

- a) Alterações na política de investimento que alterem a categoria, o tipo ou a classificação ANBIMA do fundo, conforme o caso, nos termos do anexo complementar IV do RP do Código de ART;
- b) Mudança de qualquer um dos prestadores de serviços essenciais, desde que não sejam integrantes do mesmo grupo econômico;
- c) Aumento de taxas de administração, taxa de gestão, taxa de performance, taxa máxima de distribuição ou criação de taxas de ingresso e/ou saída constantes no regulamento do fundo, conforme aplicável;
- d) Alterações nas condições de resgate da classe que resultem em aumento do prazo de saída, conforme aplicável;
- e) Fusão, transformação, incorporação ou cisão, que propiciem alteração das condições elencadas nas alíneas anteriores;
- f) Plano de resolução do patrimônio líquido negativo de classe cuja responsabilidade dos cotistas seja limitada aos valores por eles subscritos;
- g) Liquidação do fundo e/ou de suas classes, conforme aplicável; e
- h) Assembleia de cotistas, conforme previsto na regulação aplicável;

## **9.2. Matérias não obrigatórias**

Nas situações listadas a seguir, independentemente da presença de matérias relacionadas como obrigatórias, a TG Core, a seu exclusivo critério, poderá não comparecer à Assembleia Geral para exercer o direito de voto em nome dos fundos sob sua gestão:

- a) Quando a participação total dos fundos de investimento sujeitos à Política de Voto na fração votante da matéria for inferior a 5% e nenhum fundo possuir mais do que 10% do seu patrimônio alocado no ativo em questão;
- b) Caso a assembleia ocorra em qualquer cidade que não seja capital de Estado e não seja possível o exercício de voto à distância e/ou a participação por meio eletrônico;
- c) Para os ativos financeiros de emissor com sede social fora do Brasil;
- d) Em situações de potencial conflito de interesse; e,
- e) Na falta de informações suficientes fornecidas para tomada de decisão, mesmo após solicitação de informações adicionais e esclarecimentos, ficando aberta a possibilidade de rejeitar a pauta, se houver insegurança quanto a alteração.

Compete ao Gestor exercer o direito de voto nas assembleias nas quais o fundo detenha participação, observada a regulamentação em vigor.

## 10. COMUNICAÇÃO DE VOTO AOS COTISTAS

O teor dos votos proferidos e os resultados das votações serão registrados pela gestora e comunicados ao administrador dos fundos mediante solicitação. É de responsabilidade do administrador disponibilizar aos cotistas e aos órgãos fiscalizadores as informações relacionadas ao exercício do voto pela gestora. Essas informações podem ser disponibilizadas por meio de carta, correio eletrônico e/ou extrato on-line.

Conforme o documento Regras e Procedimentos do Código de Administração de Recursos de Terceiros da Anbima, o dever de comunicar aos investidores não se aplica às:

- I. Matérias protegidas por acordo de confidencialidade ou que observem sigilo determinado pela regulação vigente;
- II. Decisões que, a critério do gestor de recursos, sejam consideradas estratégicas; e
- III. Matérias cujo voto seja facultativo, caso o gestor de recursos tenha exercido o direito de voto.

## 11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta Política será revisada com frequência mínima bienal ou quando mudanças significativas ocorrerem, para assegurar a sua continua relevância, conformidade e aplicabilidade.

Quaisquer dúvidas decorrentes da presente Política de Exercício de Direito de Voto em Assembleia, deverão ser encaminhadas à TG Core no seguinte endereço:

Rua 72, 325, Ed. Trend Office Home, 12º andar, Jardim Goiás, Goiânia - GO, CEP: 74805-480

Telefone: (62) 3773-1500

E-mail: [compliance@trinusco.com.br](mailto:compliance@trinusco.com.br)

## 12. HISTÓRICO DE ALTERAÇÕES

Data	Versão	Aprovadores	Principais Mudanças
08/2013	1.0	Diretoria de Administração de Carteira.	Criação do documento.
05/2015	1.0	Diego Siqueira	Revisão do documento.
11/2015	1.0	Diego Siqueira	Revisão do documento.
06/2016	1.1	Comitê de Compliance e Risco	Revisão e atualização do documento.
10/2017	1.2	Comitê de Compliance e Risco	Revisão e atualização do documento.
04/2019	1.3	Comitê de Compliance	Revisão do documento.
03/2020	1.3	Comitê de Compliance	Revisão do documento.
04/2022	1.3	Comitê de Compliance	Revisão do documento.
02/2023	1.3	Supervisor de Compliance	Ajustes textuais para maior clareza, sem alteração significativa no conteúdo da política, e adequação de layout.
12/2023	1.3	Compliance	Alteração da data de atualização do documento passando de anual para bienal.
05/2024	1.4	Compliance	Revisão e atualização do documento.